

# Novos limites para rolar dívidas

Quem não aderir ao ajuste, só poderá contratar ARO equivalente a 12% da receita

por Alexandre Pinheiro  
de Brasília

O Senado Federal deve aprovar amanhã o parecer do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) alterando a Resolução nº 11/94, que estabelece limites para a rolagem das dívidas contratuais estaduais. Em 1996, os estados que não participarem do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados só poderão comprometer o equivalente a 12% das suas receitas líquidas com Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO), segundo informou a este jornal Carlos Bezerra.

Atualmente, esse limite é de 15% da receita orçamentária e o Ministério da Fazenda esperava fixá-lo em 8% da receita líquida. Após negociar, por três ho-

ras, com o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, o senador aceitou manter o comprometimento de 11% das receitas líquidas dos estados com o pagamento de todas as dívidas com a União.

## PEDIDO DE URGÊNCIA

O parecer de Bezerra será apresentado pelas lideranças em plenário do Senado com um pedido de urgência. Ele deveria ter sido apresentado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). "Vamos correr com o processo para fechar o socorro aos estados antes do Natal", disse o senador.

O senador propõe alterações na Resolução nº 11. Ele quer tirar do cálculo da receita o que os estados re-



Carlos Bezerra

cebem a título de "royalties", salário-educação e convênios. Outro ponto já acordado com a Fazenda é a inclusão das dívidas das companhias de habitação estaduais no limite dos 11% das receitas que devem se destinar ao pagamento das dívidas.

O governo federal queria mexer em outros dois aspectos da Resolução. A primeira passaria do Banco Central para o Tesouro Nacional a responsabilidade sobre o controle dos empréstimos concedidos aos estados. A outra mudaria a taxa de juros usada como base para a remuneração dos títulos das dívidas mobiliárias estaduais, trocando a taxa do Selic pelo IGP-M.

## "SÉRIA UMA LOUCURA"

"Isso seria uma loucura porque ninguém compraria os títulos", avaliou o senador, numa referência à perda de rentabilidade que a mudança causaria. "Vamos deixar isso (as duas alterações) de fora, por enquanto", afirmou Murilo Portugal.

O Senado deve votar, também, uma resolução autorizando os governadores a tomarem empréstimos do programa de ajuste criado pelo governo federal. O programa tem três linhas de crédito que foram reformuladas na última sexta-feira.

Os estados terão direito a empréstimos por prazos de 36 meses para pagar dívidas vencidas e fazer programas de ajuste de pessoal. Poderão ainda alongar, pelo mesmo período, o prazo de pagamento das ARO. Após a aprovação do parecer de Bezerra, o Conselho Monetário Nacional regulamentará as mudanças do programa.